

GUILHERME ANTÔNIO SERON

*11321ECO002*

Um estudo sobre São José do Rio Preto e sua área de influência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2019

GUILHERME ANTONIO SERON

*11321ECO002*

Um estudo sobre São José do Rio Preto e sua área de influência

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Eduardo Nunes Guimarães.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUILHERME ANTONIO SERON

*11321ECO002*

Um estudo sobre São José do Rio Preto e sua área de influência

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia,

---

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

---

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

---

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família.

Agradeço aos meus amigos de infância que de Tabapuã, que eu conservarei em meu peito enquanto viver.

Agradeço às amizades que fiz na faculdade. Em especial os meus grandes amigos Gerson e Motta.

Agradeço ao meu orientador e a todos os professores que me instruíram.

Agradeço a todos aqueles que passaram em minha vida e me marcaram de algum modo.

## RESUMO

A região de São José do Rio Preto é o núcleo regional principal do oeste paulista, o desafio aqui é delimitar e estudar sua área de influência. Num primeiro momento se faz necessário o estudo sobre a teoria regional, para que possamos nos cobrir de literatura para sustentar a base de nossa análise. O estudo do histórico regional também se faz necessário para remontarmos o processo de desenvolvimento, assim como identificar a relevância dos setores presentes na região. Na sequência o interesse é estudar a área de influência de fato, estabelecendo e analisando os municípios que estão inseridos em seu raio de influência. Por fim, a apresentação de perspectivas para o futuro da região é apresentada, junto com uma conclusão sintetizadora.

**Palavras chave:** São José do Rio Preto, área de influência, municípios.

## LISTA DE TABELAS

Tabela I: Estrutura da Indústria de Transformação, segundo Grupos e Ramos da Região de São José do Rio Preto, 1956-1980.....	24
Tabela II: Pessoal Ocupado por setores nos anos de 2010 e 2016 – São José do Rio Preto (Pessoas) .....	25
Tabela III: Proporção de trabalhadores por setores - São José do Rio Preto 2010.....	26
Tabela IV: PIB e população – Municípios arranjo populacional de SJRP.....	30
Tabela V: Porcentagem de Pessoal Ocupado Por setor no arranjo populacional de São José do Rio Preto .....	31
Tabela VI: Rendimentos do trabalho no arranjo populacional de São José do Rio Preto.....	32
Tabela VII: Indicadores Sociais – Arranjo Populacional de São José do Rio Preto.....	33
Tabela VIII: Proporção de trabalhadores por setores da microrregião de São José do Rio Preto – 2010 .....	34
Tabela IX: PIB da cidade de São José do Rio preto, Microrregião e Mesorregião entre 2002 a 2016 (R\$ 1000,00) .....	35
Tabela X: Proporção do PIB de SJRP em relação a Microrregião e Mesorregião .....	36
Tabela XI: Índice de Theil.....	38
Tabela XII: Indicadores sociais para Microrregião de São José do Rio Preto – 2010.....	38
Tabela XIII: Indicadores sociais para São José do Rio Preto – 2010.....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: PIB Per capita São José do Rio Preto (R\$ 1000,00) .....	27
Gráfico II: Proporção do PIB de SJRP em relação a Mesorregião e Microrregião.....	37

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa I: Arranjo Populacional de São José do Rio Preto.....	29
--	----



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro I: Cidades do Arranjo populacional de São José do Rio Preto.....	29
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo I – Dinâmica econômica regional e hierarquia urbana: suposições teóricas....	11
Capítulo II – A Região e sua área de influência.....	21
Histórico e principais atividades.....	21
A área de influência.....	27
Capítulo III – Considerações finais e perspectivas para a região de São José do Rio Preto.....	40
REFERENCIAS.....	43

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da economia brasileira carrega um histórico de aproximadamente 500 anos desde o descobrimento. Entretanto, nem todas as suas áreas se desenvolveram ao mesmo tempo e no mesmo ritmo. Como nos lembram os autores clássicos do desenvolvimento regional (Perroux, 1966; Hirschman, 1961; Myrdal, 1972), o desenvolvimento não ocorre em todas as áreas e ao mesmo tempo, ou seja, ela ocorre em pontos específicos que se transformam em áreas de polarização, em nódulos, em cujo entorno encontramos a área polarizada. Quando observamos o caso brasileiro nota-se um importante legado dos principais ciclos econômicos, que ajudam a explicar a diversidade econômica e demográfica regional. Como afirma Cano (1985), até a década de 1930 é possível notar a diferenciação da economia regional brasileira marcada pelo dinamismo próprio de suas estruturas produtivas que caracterizou a fraca integração das trocas inter-regionais. Assim sendo, como mostra o referido autor, é a partir da década de 1930 que se pode falar de uma integração propriamente dita do mercado interno brasileiro, que ganha evidência e importância econômica com o avanço da integração comercial e subsequente integração produtiva. Este autor mostra como a partir de um complexo econômico regional particular, a cafeicultura de exportação assalariada paulista, se formaram as bases da nascente indústria regional e posteriormente foram transformadas na pujante industrialização brasileira, responsável pela concentração econômica e industrial no território paulista. Ou seja, desde meados do século XX a economia paulista não só responde pela maior fatia do PIB brasileiro, como passa a funcionar como o núcleo de polarização das atividades mais dinâmicas da economia nacional.

A formação do mercado interno e a centralidade da economia paulista transformou o município de São Paulo e provocou aí uma grande urbanização, formando uma enorme área de concentração urbana e transformando esta aglomeração na principal metrópole nacional, com área de influência regional na rede urbana do estado, mas também como principal polo da rede urbana nacional e grande influência nos países do continente sul-americano. Portanto, seja pelo desenvolvimento histórico da cafeicultura de exportação, seja pela dinâmica da industrialização voltada para dentro e suas atividades complementares, nota-se um adensamento da rede urbana do estado de São Paulo, com

uma distribuição nitidamente hierarquizada na respectiva capital, circundada por um conjunto de cidades-polos do interior que ajudaram a consolidar a dinâmica socioeconômica do interior e, conseqüentemente, moldaram a rede urbana mais densa e com maior representatividade no cenário nacional.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho consiste em fazer um estudo sobre a formação e caracterização da economia do município e aglomeração urbana de São José do Rio Preto e sua área de influência. Para tanto, foi tratada a análise de diversos aspectos tanto teóricos, como empíricos, para elucidar a importância da cidade enquanto polo regional, e sua interação com a rede urbana do entorno e com a capital. Então, basicamente, o intuito da pesquisa é, estabelecer a área de influência de São José de Rio Preto, e estudá-la, quanto aos seus indicadores econômicos e sociais. Constatando sua relevância no desenvolvimento histórico da economia do estado de São Paulo e do Brasil; assim também como ressalta-la como um potencial de desenvolvimento para o futuro.

Para realizar este intento o trabalho foi dividido em três partes. A primeira tratou do arcabouço teórico, visando discutir a ideia subjacente à formação das redes urbanas, suas hierarquias funcionais e dinâmica da rede urbana que forma a singularidade regional. Através da vasta literatura sobre estudos regionais, procurou-se percorrer um caminho que permitisse entender de fato o que é o nosso objeto de estudo, ou seja, a própria região de São José do Rio Preto e sua área de influência. Como base na abordagem teórica e na metodologia de análise dos diversos trabalhos sobre economia regional, procurou-se estabelecer como deve se dar o recorte do nosso objeto de pesquisa, e as formas de analisá-lo empiricamente.

No segundo capítulo foi tratado especificamente do nosso objeto de estudo, procurando revelar a especificidade histórico-estrutural do desenvolvimento do polo de São José do Rio Preto e área regional de influência. Esse capítulo foi dividido em duas seções. A primeira trata do histórico da região e das principais atividades relacionadas ao seu desenvolvimento econômico e social. Neste contexto foi traçada uma breve narrativa desde os primórdios da interação do homem com aquela região, passando pelo histórico de atividades produtivas e sociais da cidade e região, assim como a análise do desenvolvimento dos setores presentes na economia do local no período mais contemporâneo. A segunda seção se empenha em denominar e estudar, com o respaldo do arcabouço teórico, com dados empíricos os limites da área de influência de São José do Rio Preto. Para tanto, os estudos feitos, através de coleta de dados, contemplam tanto

a análise da região enquanto arranjo populacional, quanto como micro e mesorregião, conforme delimitação do IBGE (1971). Assim, indicadores econômicos e sociais se fazem relevantes para conhecermos melhor os municípios contidos dentro dessa área de influência e sua dinâmica para com o núcleo de São José do Rio Preto.

Por fim, o capítulo terceiro, desenvolvido sob a forma de considerações finais, trata de apresentar algumas perspectivas acerca do futuro da região e de sintetizar o estudo do trabalho como um todo. Com base em projetos anunciados, pesquisas e classificações regionais quanto a lugares propícios a se investir, expectativas de empresários e empreendedores, foi traçado um roteiro que visa ajudar no entendimento do potencial de desenvolvimento regional e na formatação das expectativas e nos ânimos dos agentes econômicos em relação ao que se esperar para o futuro da região.

## Capítulo I – Dinâmica econômica regional e hierarquia urbana: reflexões teóricas

Nesse capítulo procura-se revisar os trabalhos teóricos que tratam sobre a temática regional, para que possamos desenvolver no trabalho a justificativa para o estudo do polo de São José do Rio Preto e sua área de influência.

Sobre o estudo da dinâmica social, encontramos uma vasta literatura, tratando desde os processos de determinação da renda urbana ao movimento do capital inter-regionais. É preciso, no entanto, discutirmos questões conceituais acerca das definições de região e espaço, com o intuito de que possamos nos aprofundar nos fatores que desencadeiam os movimentos migratórios das pessoas e do capital, realizados numa dinâmica regional, através das vantagens e desvantagens comparativas dos espaços econômicos.

Portanto, para nos atentarmos a região, é preciso termos em mente que não existe consenso sobre as definições desse conceito, e é necessário, como apontado por Correa (2002), que seja explicitado o que se busca para que se possa montar um recorte espacial adequado aos seus propósitos. Esse conceito, segundo o autor, vem sempre vinculado a história do homem, que imprime em seus traços culturais, a partir do seu modo de vida e interação com a terra, na região e seus movimentos de produção e transformação dos territórios. Para agregar a isso, temos a questão do desenvolvimento capitalista, que, com mecanismos como a divisão territorial do trabalho, tornam mais nítidas as diferenciações das áreas, assim como a ação do estado e da tecnologia que se especificam desigualmente. Para Isard (1956), o conceito de região não pode ser estudado apenas sobre o aspecto econômico, há também questões demográficas, sociais e tecnológicas a serem englobadas na discussão.

Sobre o conceito de espaço, temos a discussão de Perroux (1966), que introduz sobre a questão um conceito matemático de espaço abstrato, que se mostrou mais adequado para tratar de inter-relações econômicas. A partir disso, Souza (2005), evidencia as três categorias de espaços econômicos apontadas por Perroux, que, por sua vez, são verificadas na determinação de uma região econômica: espaço de planejamento; espaço homogêneo; e espaço polarizado.

O primeiro diz respeito ao conteúdo de um plano, onde Perroux descreve como um conjunto de relações estabelecidas entre a empresa, os fornecedores de meios de produção e trabalho, e os compradores (intermediários e finais). O segundo, é referente a um determinado conjunto homogêneo, que se apresenta como um espaço contínuo em que as partes que o constituem apresentam características que a aproximam umas das outras. E o terceiro, se apresenta como um campo de força, onde se compreende forças de atração e de repulsão, que são desencadeadas por conta das concentrações populacionais e de indústrias que estimulam a produção.

Ainda sobre essas categorias, é importante discutir o fato de que essas relações de forças passam pela empresa, atraindo ou expulsando os elementos econômicos, configurando assim uma zona de influência econômica, que acaba se sobrepondo as influências geográficas. Dessa forma, temos a caracterização do que é chamado de “polo”. Guimarães (2011), aponta que essas categorias se verificam conjuntamente na definição de região, com seu epicentro no polo; o que torna impraticável o entendimento de uma região fora da relação dinâmica das áreas de influência com o polo.

Podemos então entender o conceito de região econômica, para Perroux, como uma área de influência que gravita em torno de um polo. Portanto, o recorte de uma área a ser estudada passa pelo recorte de uma economia num determinado espaço, que se configura num nível de abstração; uma certa regionalização que a economia constitui em torno dos polos. Como discutido por Guimarães (2011), o ponto chave da contribuição de Perroux para definir o conceito de região é reconhecê-lo como um espaço abstrato, que não se delimita, ou se restringe, a qualquer território formal ou demarcado.

Assim, como Lima (2009) aponta, uma região é definida como sendo parte de um todo maior, considerando-se um quadro espacial amplo, no qual se inserem os planos de ação, e onde se aplicam as decisões. Dessa forma, ao conceito de região elencamos a influência do homem como modificador do quadro geral. E o conceito de espaço se apresenta como um suporte social e econômico, onde se desenvolvem estratégias e grupos sociais (PIERUCCINI E BULHÕES, 2009).

Portanto, elencando esses conceitos teóricos ao estudo, evidenciamos que a cidade de São José do Rio Preto se caracteriza como um polo, ou um epicentro de uma área de influência, que não está delimitada territorialmente ou administrativamente, mas que

representa um campo de forças. Ou seja, a economia de São José do Rio Preto não está restrita a cidade de São José do Rio Preto.

Sobre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, é importante que tenhamos em mente a discussão acerca da distinção desses dois termos. Como apontado por Escóssia (2009), a definição de crescimento econômico está atrelada ao aumento da capacidade produtiva da economia, que é verificada na produção de bens e serviços; outros fatores que também o evidenciam estão atrelados à força de trabalho, poupança e investimento, e também pelo nível de tecnologia empregada. Já o conceito de desenvolvimento, é apresentado por Oliveira (2002), como um processo de mudanças e transformações de ordem política, econômica, humana e social, como incrementos positivos que satisfazem as mais diversificadas necessidades do ser humano. É importante fazer essa distinção entre os dois conceitos, pois é possível que haja crescimento econômico sem implicar necessariamente num desenvolvimento econômico.

Contudo, antes de nos aprofundarmos na discussão dos polos de crescimento de Perroux, seria interessante, e mais didático, se nos detivermos primeiro do debate acerca das teorias de crescimento regional. Como referência, começamos com os estágios de desenvolvimento que as regiões percorrem segundo os estudos de Hoover e Fisher (1949).

O primeiro estágio diz respeito a uma fase econômica voltada para subsistência regional, pouco voltada para esforços de investimento em comércio. A População, em sua maioria, agrícola, localiza-se de acordo com a distribuição dos recursos naturais. Num segundo momento, com a melhoria dos transportes, os incentivos à investimento no comércio e especialização local começam a aparecer. Uma nova camada da população começa a gerir indústrias locais para os agricultores. A localização dessa nova estrutura industrial acaba por ser determinada pela localização da camada básica, dos agricultores; uma vez que é dela que vem a mão de obra e a matéria prima utilizada para suprir essa indústria. Na sequência, o desenvolvimento do comércio inter-regional permite à região explorar uma sucessão de culturas agrícolas, que se torna mais ampla, contemplando setores de pecuária extensiva à produção de cereais, fruticultura, produção de laticínios e horticultura. Com os rendimentos advindos da agricultura e da sua indústria extrativa, a região começa a se industrializar no sentido de produzir manufaturas. As indústrias a princípio serão voltadas para o processamento de alimentos e recursos naturais, tais como trabalhos em madeira ou têxteis. Regiões com disponibilidade de recursos minerais, chegam a introduzir indústrias de refino de petróleo, químicas e semelhantes. O potencial



energético de certas localidades permite a introdução de indústrias que consomem muita energia, como refinarias de metais. O estágio final se caracteriza pela região se especializar em atividades terciárias, com esforços para exportação. Exportando capital, mão-de-obra qualificada e serviços para regiões menos desenvolvidas

Sobre os determinantes desses sucessivos estágios de desenvolvimento regional, temos os custos de transporte como uma questão primordial, de acordo com a pesquisa dos autores. Isso é verificável, segundo eles, por conta da transformação de padrões de produção dispersos de crescente concentração; e por promover uma diferenciação e seleção entre lugares com recursos superiores ou inferiores e entre rotas comerciais.

O debate sobre a teoria de desenvolvimento regional segue com a crítica a esses estágios apresentada por North (1955), que atenta para o fato de que os estágios não são capazes de apresentar uma indicação sobre as causas do crescimento e das mudanças. Elas falham em identificar os fatores críticos que impedem ou determinam o desenvolvimento. Outra questão importante tem a ver com a ausência de um modelo normativo a se seguir no intuito de se desenvolver uma região, nesse contexto a sequência de estágios é de pouca utilidade para a identificação de fatores e categorias que impedem e determinam o desenvolvimento.

Se pautando no histórico das regiões americanas, North (op. cit.) argumenta que mesmo havendo a existência de agricultores que levavam uma vida de subsistência, no início do processo de colonização, isso não configurava o desenvolvimento da agricultura que se estabeleceu nas colônias nesse período, que eram voltadas para o comércio de fora dessas mesmas regiões. Desse modo, o seu povoamento e crescimento subsequente foram determinados por um mercado mundial, uma vez que sua colonização foi efetivada como um empreendimento capitalista.

Da mesma forma vemos o desenvolvimento da economia canadense como um fator que reforça e dá base ao estudo do desenvolvimento regional nos estados americanos. Estudando trabalhos pretéritos sobre o histórico canadense, North (op. cit) evidencia que o fator crucial eram os produtos primários voltados para exportação. Como “produtos primários” entende-se o principal artigo produzido por uma região. Nesse contexto, a demanda era exógena à região; mas tanto os fatores redutores de custos de processamento, quanto os custos de transferências, não o eram. Dessa forma, o esforço combinado da região para se obter redução de custos passa por apoio estatal em subsídios

de atividades econômicas e do gasto em melhorias nos transportes, (rodovias, ferrovias e etc.) para se reduzir os custos e transferências, melhorando a posição competitiva das regiões diante de seus esforços de exportação.

Assim, o desenvolvimento do comércio especializado, melhoramentos de crédito e dos meios de transporte, conjuntamente com o treinamento da força de trabalho e incremento de indústrias complementares, foram orientados para um contexto de exportação.

O incentivo de pesquisa em técnicas produtivas, de setores complementares e universidades, também responde ao apelo exportador. Esse esforço complementar tem o intuito de melhor capacitar a região para competir com outras regiões ou com setores estrangeiros. No entanto, os resultados desses esforços, por vezes, deixam as regiões ainda mais dependente de seus produtos primários, inviabilizando mudanças na pauta exportadora (NORTH, 1955).

Para tratar do processo de crescimento de uma região genérica, é preciso antes se estabelecer a distinção de “indústrias de exportação” das “indústrias residenciais”. Esta segunda seria uma indústria para o mercado local, que se desenvolve onde reside a população consumidora.

Um fator crítico para o desenvolvimento de uma região está na questão de ela se industrializar ou não. Sobre isso, North (op. cit.) resgata as questões que Fischer e Hoover (1949) apontam como fatores essenciais que dificultam a industrialização regional: A imensa necessidade de melhoria nos meios de transporte; a necessidade da intensificação da divisão geográfica do trabalho; e o desconhecimento de tecnologia industrial em regiões agrícolas.

No entanto, North (op.cit.) questiona esse pressuposto de que, dado o aumento populacional, e a evolução da renda dos produtos primários, a região precisaria especificamente se industrializar para sustentar seu padrão de desenvolvimento sustentável. As raízes de questionamento estão no fato de que, mesmo uma região comportando uma menor porcentagem na sua atividade primária, e uma maior nas ocupações terciárias, ainda assim pode ser extremamente dependente da agricultura. No caso em que as atividades secundárias ou terciárias são desempenhadas a nível local na região, só poderiam sobreviver graças ao sucesso da base exportadora dos produtos primários. Isso implica que uma mudança no fluxo de empregos dos setores primários da

economia, para os setores secundários e terciários, não significa, necessariamente, uma mudança na pauta exportadora da região.

Temos então, que a industrialização, seja por diferentes fatores (indústria para o trato direto com matérias primas; atividades de serviço para a indústria de exportação; ou indústrias para consumo local), se desenvolvem por conta de vantagens locacionais de uma sociedade receptiva aos estímulos da maximização de lucros. Assim sendo, não há dificuldades para o desenvolvimento das indústrias, uma vez que estas não sejam inadequadas para a área, e que não demandem, nas palavras de North, “condições de estufa” (apoio e subsídios estatais). Isso acontece porque as diferentes manufaturas a serem desenvolvidas demandam condições distintas para sua implantação; seu desenvolvimento em regiões que não contemplam essas condições se torna mais custoso.

Porém, mesmo a manufatura se desenvolvendo, quando ela fica atrelada a atividade primária, pode-se questionar a real industrialização daquela região. Para tanto, North (op, cit.) recorre ao conceito de industrialização como sendo uma região cuja base de exportação consiste, principalmente, de bens de consumo finais e/ou bens manufaturados intermediários.

Dessa forma, resume-se os argumentos da seguinte maneira: Não existe razão para que todas as regiões devam se industrializar para continuar a crescer; uma significativa quantidade de indústrias terciárias e secundárias se desenvolverá de qualquer maneira, seja pelas vantagens geográficas da indústria orientada pelas matérias primas, ou pelo reflexo passivo do crescimento da renda da região; e o conceito de industrialização é um conceito ambíguo e precisa de maior elucidação para sua utilização.

Agora, voltando à teoria dos polos de crescimento de Perroux (1977), temos que o ponto central é entender por que razões determinadas indústrias e regiões crescem mais do que a média, gerando desequilíbrios dentro da constituição do mercado. Sobre essa questão, temos que existem determinados fatores internos que um polo necessita para que o seu crescimento seja favorecido. Esses fatores vão desde a existência de um mercado interno e uma estrutura produtiva, até a disponibilidade de recursos naturais e humanos. O surgimento e desaparecimento de empresas, assim como a difusão desigual dos fatores de produção no território e nos setores, evidenciam as mudanças estruturais que o crescimento econômico traz. Desse modo, vemos que o crescimento se dá de maneira desequilibrada.

Fica então, a determinação de polos econômicos, feita por Souza (2005), como um complexo industrial localizado, que tem sua formação dada por atividades que são interdependentes entre si e que seu meio possui no mínimo uma indústria motriz. Já o conceito de polos de desenvolvimento se apresenta como sendo um conceito mais amplo, considerando, além das questões quantitativas, as questões qualitativas e as mudanças estruturais da região. Dessa forma, temos que nem todo polo de crescimento constitui necessariamente um polo de desenvolvimento, como já havia dito anteriormente; essa situação só vem a se verificar uma vez que os polos de crescimento interferem em seu próprio ambiente criando efeitos positivos e propagando esses efeitos no território.

Contudo, é importante discutirmos questões que impõem certa perspectiva viciosa sobre o comportamento econômico e social de uma região. A esse respeito Myrdal (1972) discorre sobre as tendências para desigualdade regional, aplicando conceitos de causação circular e cumulativa.

Para iniciarmos a discussão é preciso determinarmos o conceito de círculo vicioso, que diz respeito a condição de pobreza que impinge uma situação de baixas condições de vida e, conseqüentemente, de saúde deprimida de uma parcela da população. Essa situação de saúde faz com que o pobre tenha menos condições de se manter, e o aprofunda na pobreza, gerando um círculo vicioso. Nesse raciocínio, o mesmo aconteceria no sentido inverso, num ciclo ascendente, onde o sucesso e o progresso de uma determinada parcela da sociedade criaria as bases para a perpetuação do seu sucesso e ascensão.

A ideia de que a sociedade tende para uma situação de equilíbrio estável defendida pela ortodoxia, é refutada por Myrdal (op. cit.), uma vez que ele entende o processo de causação circular desencadeia uma dinâmica cumulativa, fazendo com que o sistema não se comporte de maneira a encaminhar a sociedade para um estado de equilíbrio, mas sim para constantemente afasta-la dessa condição. Outra questão é que a noção de estabilidade é pífia, pois, além do próprio equilíbrio não ser o resultado natural do jogo de forças do sistema (onde deve-se entender que o processo natural pode ser sustado, mas nunca pelas condições naturais e endógenas a que se encontra), a verificação de qualquer mudança exógena iniciará um processo cumulativo que provocará uma mudança.

Esse raciocínio surge a partir de um estudo pretérito feito pelo autor sobre as condições sociais dos negros nos Estados Unidos. Nesse estudo ele elenca fatores que impedem a ascensão social dos negros no país, como o racismo dos brancos, que os

segregam a uma posição de marginalidade em relação a sociedade. Por outro lado, ele evidencia as questões que despertam o preconceito da população branca, que seriam a falta de estudo, condições de vida inadequadas, vestimentas, dentre outros.

Nota-se que esses dois fatores estão correlacionados, não só de forma direta, mas também cíclica: os negros têm um padrão de vida medíocre porque são segregados pelo preconceito, enquanto os brancos são preconceituosos por conta da marginalidade em que os negros estão submetidos por conta do preconceito que os segrega da sociedade. Sobre o modo como a sociedade se acomoda diante do enfrentamento entre as classes, não se verifica um equilíbrio com estabilidade, pois o processo é cumulativo, e vai se aprofundando. Se um dos dois fatores se modificasse, haveria mudanças nos outros, que por sua vez também desencadearia um processo de acumulação de interação mútua, uma vez que a mudança em determinado fator seria acompanhada pela reação no outro. De forma circular, todo sistema se moveria na direção da mudança primária.

Para exemplificar o processo de causação circular com efeitos cumulativos usaremos o exemplo de Myrdal (op. cit.), onde, numa determinada região acontece um acidente em uma determinada indústria com significância para a sociedade local. Nesse contexto, a firma deixaria de operar, e os trabalhadores perderiam seus empregos. Isso desencadearia uma diminuição da renda na região, e, por conseguinte da demanda. Assim, isso desestimularia a entrada de novas firmas na região, assim como a diminuição de atividade das firmas já encontradas nela. Isso causaria um maior número de desempregos, e deprimiria ainda mais a renda, ocasionando um efeito circular e cumulativo. Acrescentando a isso, temos a questão da tributação, que vai ser obrigada a aumentar sua taxa sobre a renda para que possa captar o montante necessário para operar os serviços públicos. Dessa forma, os contínuos decaimentos da renda levarão a um aumento ainda maior das taxas de imposto. A dificuldade de se continuar a captar impostos como no período pretérito afetaria a capacidade do governo regional em administrar funções; então obras públicas, gestão de estradas, escolas e hospitais, enfrentariam problemas para serem efetuados. Assim, vemos como uma mudança em um fator repercute em outros fatores num sentido cumulativo de depressão daquela sociedade; e ainda circular, num sentido de perpetuar os impactos de um fator nos outros.

Sobre mecanismos anticíclicos, que sustam esse tipo de movimento depressivo, Myrdal (op. cit.) discute o caso estadunidense, onde há uma legislação nacional destinada

a quebrar esse processo acumulativo mediante subsídios, tanto a indústrias quando a comunidade; e o estabelecimento de padrões mínimos para os serviços públicos.

Sobre as questões que abarcam as possíveis estratégias de desenvolvimento é importante a discussão proposta por Hirschman (1958), onde ele rejeita a tese de um crescimento equilibrado trabalhada por outros autores, e enfatiza a natureza desordenada do desenvolvimento econômico.

A crítica ao desenvolvimento equilibrado trabalhada por outros autores se dá por conta de que um crescimento equilibrado requer quantidades imensas daquelas habilidades que temos identificado como disponíveis provavelmente em quantidades muito limitadas nos países subdesenvolvidos. No entanto, ao invés de discorrer sobre os vários problemas ao progresso econômico, o autor se atenta à necessidade de mecanismos de indução; isso porque, segundo sua concepção, o principal problema era gerar e canalizar energias humanas na direção desejada.

Nesse contexto estratégico, temos a definição de efeitos de fluência (ou encadeamentos) para trás e para frente. O primeiro diz respeito a estimular os setores que fornecem os insumos requeridos por uma atividade qualquer; enquanto o segundo (efeitos para frente) induziam o estabelecimento de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta. A principal fonte de desenvolvimento estaria nas atividades que teriam alto potencial de gerar esses efeitos de fluência, principalmente os para trás.

O embasamento teórico de Hirschman (1958) surge da análise de países subdesenvolvidos, onde ele defende que os novos processos de industrialização para esses países favoreceriam uma série de soluções sequenciais que eram distintas daquelas que foram seguidas pelos países industriais mais velhos. Portanto, ele expõe a ideia de que o desenvolvimento industrial nesses países subdesenvolvidos, se daria amplamente por meio de efeitos para trás, e não de forma convencional.

Como síntese, podemos ver que a questão do crescimento e desenvolvimento regionais, percorrem uma série de eventos e categorias que impactam de diversas maneiras em como se evoluem as sociedades. As infinitas especificidades de cada localidade são sem dúvidas questões que devem ser levadas em consideração para estudar os processos de desenvolvimento econômico e social, e isso torna a prática desse estudo bastante ampla e diversificada.

No entanto, isso não inviabiliza a elaboração de um arcabouço teórico que visa enquadrar categorias e temáticas comuns, e por tanto passíveis de ser generalizadas, no estudo do desenvolvimento de regiões similares. São o caso do estudo dos históricos de desenvolvimento evidenciados por North; a maneira como as decisões de investimento se alocam diante dos fenômenos de polarização nos estudos de Peorroux; a forma que adotam as tendências a desigualdades regionais com ciclos viciosos e cumulativos, nos trabalhos de Myrdal; e o peso dos efeitos de fluência nos planejamentos de desenvolvimento Latino Americanos evidenciados por Hirschman. No caso, as teorias discutidas ao longo desse capítulo representam de forma sintetizada, porém satisfatória, estudos e práticas passíveis de ser verificadas num plano empírico, e por tanto dão conta de dar uma sustentação teórica para o trabalho de análise efetuado nas seções seguintes desse trabalho.

## Capítulo II – A Região e sua área de influência

Nesse capítulo o principal esforço é caracterizar o histórico da região de São José do Rio Preto, identificando suas principais atividades produtivas presentes ao longo do tempo e estabelecer como se deu sua posição de relevância no estado. Também procurou-se caracterizar sua área de influência sobre a rede urbana regional. Para tanto, o capítulo foi dividido em duas seções: a primeira relacionada à reconstituição e caracterização histórica da região, e suas principais atividades; e a segunda discutindo a sua área de influência econômica e social.

### **Histórico e principais atividades**

A exploração e incorporação de novas terras no oeste do estado de São Paulo tem uma profunda correlação com a expansão da cultura do café, desenvolvida neste estado à medida que avançou a introdução do trabalho livre/assalariado e expandiu a infraestrutura de transportes. Nesse período, o chamado oeste paulista contava com uma grande disponibilidade de terras pouco exploradas, com um solo plano e propício ao cultivo, e alta fertilidade. Essa expansão pelo oeste do estado foi intensificada pela dinâmica do complexo econômico cafeeiro, conforme analisado em Cano (1988) e pelo declínio da atividade cafeeira no Vale do Paraíba, em meados do século XIX. Em 1884 o cultivo do café que se alastrava pelo interior do estado começa a ser praticado na região de São José do Rio Preto, propiciando um povoamento mais efetivo desta área (CARVALHO, 2004).

No entanto, a história de São José do Rio Preto não se inicia com a chegada dos produtores cafeeiros. O município tem sua origem em 1852, na condição de uma vila que desde cedo já desempenhava um papel importante de entreposto comercial. Logo que fundada, a vila já funcionava como caminho estratégico para a ligação com o sertão, oferecendo pousadas à tropeiros que ali passavam, e facilitando o acesso aos mercados de Ribeirão Preto e Araraquara, onde a economia do café havia sido desenvolvida previamente.



Com o passar do tempo e em decorrência da aplicação de uma agricultura comercial na região, esta área ganhou interesse e, dado o processo desbravador da colonização, o contingente populacional rapidamente intensificou seu crescimento, acarretando o aumento dos núcleos urbanos no entorno de São José do Rio Preto. Já em 1894, a localidade assume a categoria de município, e no seu entorno é fundada a Vila de Catanduva. Segundo Carvalho (2004), o nascimento desses núcleos urbanos, através da incorporação das vastas extensões de terras, foi propiciando a capacidade de realização de atividades comerciais, e reverberando no estabelecimento de uma certa hierarquia das cidades paulistas, que passavam a ocupar funções complementares no contexto do complexo econômico cafeeiro.

Intensificadas em termos de atividades econômicas e sociais, já em 1880, essas áreas começam a ser palco de atividades migratórias, principalmente vindas de Minas Gerais, por conta da crise do ciclo do ouro. Esses movimentos migratórios foram os responsáveis pelo desenvolvimento da atividade pecuária na região, que embora não fosse a atividade de maior rentabilidade no bojo da economia de exportação do café, desempenhou uma importante função complementar de fornecimento de alimentos ao mercado interno e ajudou na fixação do homem ao campo. A imigração de italianos, espanhóis, árabes, japoneses, sírios, armênios e libaneses, também tem destaque num período subsequente, onde esses trabalhadores estrangeiros aumentavam a oferta de mão de obra assalariada, se ocupando de serviços que a região demandava (Carvalho, 2004).

Assim, a região de São José do Rio Preto foi se formando no entorno da área urbana deste município que passou a assumir o posto de “Capital da Alta Araraquarense”, como sendo o núcleo econômico e social mais dinâmico do oeste paulista. Em grande parte, isso se deveu à chegada, em 1912, da Estrada de Ferro Araraquara (EFA), que só seria ativada em 1933, por problemas financeiros. Mas a chegada dessa linha ferroviária foi de extrema importância para constituir-se, através das cidades que acompanhavam a estrada de ferro, uma divisão inter-regional do trabalho. Dessa forma, consolidou-se uma hierarquia capitaneada no interior por Campinas e Ribeirão Preto, tendo São José do Rio Preto como um epicentro de segunda grandeza. Por outro lado, a implantação dessa mesma linha ferroviária seria responsável direta para que muitos povoados na região pudessem se elevar ao status de município, haja vista que a infraestrutura de ferrovias acabou privilegiando alguns poucos pontos dentro do território estadual e nacional.

Nas primeiras décadas do século XX, a região como um todo sofre um aumento populacional considerável, indo de 280 mil habitantes na década de 20, para mais de 1

milhão em meados da década de 30 (TARTAGLIA E OLIVEIRA, 1988). Isso se explica na gama de outras atividades produtivas trazidas pela indústria cafeeira, como a agricultura tradicional, produção de alimentos e matéria prima, certa atividade industrial, armazéns, transportes urbanos, dentre outros. E, diferente de outras regiões, nem mesmo a crise do café implicou em um atraso no desenvolvimento capitalista nessa região (CANO, 1998). Com a crise de 29, o estado de São Paulo consolida sua capital como centro dinâmico da economia nacional, fortalecendo os elos econômicos desse centro polarizador com o interior e com os demais estados brasileiros, abrindo novas oportunidades para o desenvolvimento de núcleos interioranos, como o caso de São José do Rio Preto.

Num segundo momento, quando a crise do café finalmente atinge e impacta a economia do oeste paulista, a cultura do algodão veio para compensar a queda dos preços dessa *commoditie*. Isso permitiu a instalação das primeiras atividades industriais, como a *Anderson Clayton*, *SWIFT* e *SANBRA* (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), ainda contando com as indústrias Matarazzo.

Dessa forma, o chamado Oeste Paulista, se consolida nos anos pós crise como uma importante região produtora de culturas exportáveis, como algodão e café. Simultaneamente a isso, ganha expressão na produção de alimentos como arroz, feijão, milho, que tinham seu consumo ligados aos núcleos urbanos do estado. Alcançou assim, o posto de principal área produtora agrícola do estado.

Entre as décadas de 30 e 50 acontece uma ampliação da rede urbana regional, onde diversos municípios são criados, e a cidade de S. J. do Rio Preto se consolida como centro urbano regional. A articulação comercial da região com outras regiões do estado se intensificou pela diversificação produtiva de suas atividades agrícolas, que conciliavam pequenas, médias e grandes propriedades em sua área, o que gerou encadeamentos a jusante e à montante e, assim, beneficiou as cidades ao entorno, que foram favorecidas por essa conexão com o centro. A integração produtiva com a capital paulista e interior, somada à diversificação da estrutura produtiva, favoreceram o adensamento econômico e o desenvolvimento do mercado de mão de obra e, com isso, desenvolve-se a indústria de transformação (CARVALHO, 2004).

No entanto, o notado crescimento da indústria de transformação no oeste paulista nesses primeiros anos foi menor do que o ritmo em que essa mesma atividade crescia no restante do estado. Dentro da divisão regional do trabalho no território estadual paulista, coube ao interior desenvolver uma indústria voltada para bens menos sofisticados, como

os setores alimentar e têxtil. Nas décadas seguintes essa indústria tradicional se ampliou para os ramos mobiliário, vestuário e de minerais não-metálicos.

No final dos anos 50, o oeste paulista passa a apresentar uma ligeira queda na participação do valor da produção agrícola. No entanto, a região de São José do Rio Preto se apresenta como a única região que vai no sentido contrário ao dessa dinâmica, aumentando sua participação. A explicação desse fenômeno está na diversificação e produção de outras culturas na região.

Na década seguinte tem-se um dinamismo da atividade pecuária, num período onde o café encontrava dificuldades no mercado internacional e a política agrícola estimulou a erradicação de cafezais para o controle de preços. Esses fatores foram determinantes para o aumento substancial de áreas de pastagem na região. Vinculado a isso, ainda temos a questão da implantação do Estatuto do Trabalhador da Terra, que, para reduzir o número de trabalhadores em suas propriedades, os produtores passaram a se dedicar mais à atividade pecuária (SEPLAN, 1978).

Nos anos seguintes, apesar de uma fraca presença da indústria de transformação em termos relativos, é importante verificar quais grupos e ramos industriais apresentaram relevância na região. Como vemos na Tabela I, o Grupo I, relacionado às indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, apresenta uma leve queda na participação entre as décadas no que tange ao número de estabelecimentos e ao valor da transformação industrial, aumentando, no entanto, seus operários. O que é resultado de um aumento da participação de outros setores além dos tradicionais ramos de Alimentos, têxteis e de vestuário. Importante notar que, apesar do setor de alimento apresentar uma diminuição significativa na participação, ele ainda aparece como o mais relevante dos setores da região.

**TABELA I – Estrutura da Indústria de Transformação, segundo Grupos e Ramos da Região de São José do Rio Preto, 1956-1980.**

	ESTABELECEMENTOS					OPERÁRIOS				
	1956	1960	1970	1975	1980	1956	1960	1970	1975	1980
<b>Grupo I</b>	<b>69,46</b>	<b>68,76</b>	<b>72,06</b>	<b>63,97</b>	<b>62,27</b>	<b>60,22</b>	<b>61,31</b>	<b>71,94</b>	<b>61,81</b>	<b>61,66</b>
Têxtil	1,13	0,71	1,07	0,44	0,74	2,32	0,87	2,33	1,1	1,06
Vestuário	7,89	4,72	4,69	5,04	6,75	7,55	5,95	10,56	9,95	11,75
Alimentos	46,57	49,17	52,05	44,69	37,81	32,45	37,93	35,06	27,53	19,24
Outros	13,87	14,16	14,25	13,8	16,97	17,9	16,56	23,99	23,1	29,61
<b>Grupo II</b>	<b>27,45</b>	<b>27,61</b>	<b>19,55</b>	<b>26,88</b>	<b>28,48</b>	<b>37,04</b>	<b>34,13</b>	<b>19,69</b>	<b>23,57</b>	<b>24,17</b>
Química	1,52	0,38	0,85	0,82	0,61	11,46	3,15	2,57	1,33	3,04
Minerais não metálicos	15,69	16,47	9,29	11,12	14,4	16,07	18,01	7,49	7,88	7,85
Metalurgia	0,98	1,84	3,04	5,79	6,14	1,29	5,86	4,08	6,5	8,27
Outros	9,26	8,92	6,37	9,15	7,33	8,22	7,11	5,55	7,86	5,01
<b>Grupo III</b>	<b>3,09</b>	<b>3,63</b>	<b>8,39</b>	<b>9,15</b>	<b>9,25</b>	<b>2,74</b>	<b>4,56</b>	<b>8,37</b>	<b>14,75</b>	<b>14,17</b>
Mecânica	0,39	0,33	3,43	2,95	2,74	0,5	1,48	3,51	5,93	4,72
Material de transporte	2,1	2,45	2,46	3,57	2,29	2,05	2,39	2,38	4,79	3,2
Material elétrico	0,05	0,05	1,21	0,41	0,94	0,02	-	1,65	1,79	2,53
Outros	0,55	0,8	1,29	2,22	3,28	0,17	0,69	0,83	2,24	3,72

Fonte: FIBGE, Censo Industrial 1960,1970 e 1980 e Pesquisa Industrial de São Paulo 1956.

CARVALHO, 2004.

\*VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL.

Notas: Grupo I – Indústrias predominantemente produtores de Bens de Consumo Não-Duráveis

Grupo II – Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Intermediários

Grupo III – Indústrias predominantemente produtoras de Bens de Capital e Consumo Duráveis

Como ainda podemos notar pela Tabela I, a queda na participação do Grupo I é correspondida por um aumento da participação dos Grupos II e III, correspondentes às indústrias produtoras de bens intermediários e bens de consumo de capital e duráveis, respectivamente. Podemos ver um crescimento desses dois grupos durante as décadas, mais acentuado no Grupo III. No entanto, isso não modifica o protagonismo do setor de alimentos para economia regional, apenas diversifica e fortalece as estruturas econômicas que estabelecem o dinamismo de crescimento e de relevância da região no oeste paulista.

Os movimentos dinâmicos dos setores durante o século passado definiram uma perspectiva para o que a região de São José do Rio Preto representaria nos anos vindouros. No entanto, as tendências de crescimento da participação da indústria de transformação parecem não se confirmar nas décadas do novo milênio. Comparando com os resultados obtidos na Tabela II, podemos ver como a evolução dos setores tem se dado entre o interregno de 2010 e 2016.

**TABELA II – Pessoal Ocupado por setores nos anos de 2010 e 2016 – São José do Rio Preto (Pessoas)**

<b>SETORES</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>	<b>Varição</b>
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	818	588	-28%
Indústrias extrativas	30	40	33%
Indústrias de transformação	24127	20075	-17%
Eletricidade e gás	133	180	35%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	403	409	1%
Construção	8768	8358	-5%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	49891	49041	-2%
Transporte, armazenagem e correio	6742	7134	6%
Alojamento e alimentação	6658	8642	30%
Informação e comunicação	3054	3383	11%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4848	5544	14%
Atividades imobiliárias	1103	1812	64%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	3539	4999	41%
Atividades administrativas e serviços complementares	10803	12069	12%
Administração pública, defesa e seguridade social	4936	6666	35%
Educação	6214	8782	41%
Saúde humana e serviços sociais	12685	15898	25%
Artes, cultura, esporte e recreação	1036	1162	12%
Outras atividades de serviços	6637	5546	-16%
<b>Total</b>	<b>152425</b>	<b>160328</b>	<b>5%</b>

Fonte: Dados IBGE, RAIS. Elaboração Própria

Como podemos constatar pela análise dos dados em respeito à ocupação de empregados nos setores econômicos da região, temos alguns comportamentos já esperados, e outros nem tanto. No tocante ao setor da Agricultura, ligado à produção de alimentos, vemos uma queda vertiginosa na variação de ocupados; comportamento esse já verificado nas décadas do século anterior, e já explicada anteriormente. O contrário se pode dizer da indústria de transformação, que nas décadas anteriormente analisadas apresentava um crescente do número da participação de ocupados, e agora apresenta uma redução na margem de 17% entre esses seis anos. Isso reflete a perda do folego referente aos investimentos e iniciativas ligadas à indústria de transformação. Outro comportamento adverso é encontrado na indústria extrativa, representada pela exploração de minérios não metálicos. Durante o período entre os anos de 50 e 80, o setor apresentou uma queda significativa da participação de seus ocupados nas atividades econômicas da região, o que representou também uma diminuição da relevância da atividade frente outros setores; o que vemos aqui é um aumento significativo da ocupação em termos

relativos, em um patamar de 33%. Mesmo que em termos absolutos isso não se apresente como algo muito relevante, isso ao menos reflete um reaquecimento do setor.

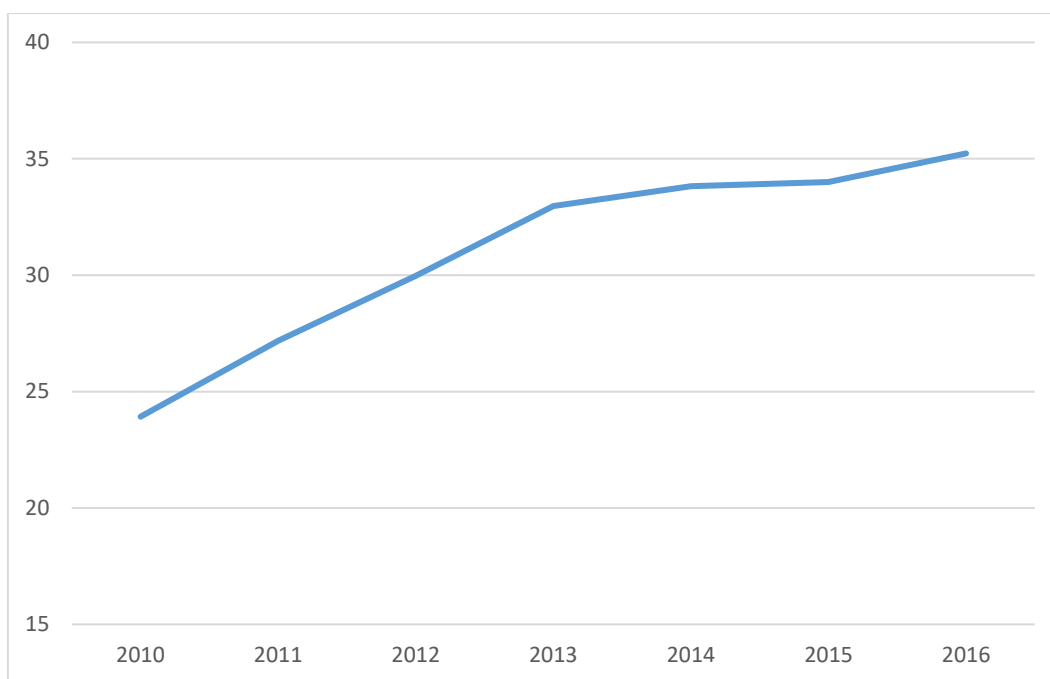
Ao que tudo indica, o setor com maior dinamismo nesse período é o de serviços, em termos relativos e absolutos, encabeçados pelo crescimento do setor imobiliário, com base na variação demonstrada em 64% no período. Em termos absolutos, a atividade individual que se apresenta mais relevante é sem dúvida o setor de comércio, seguido pela indústria de transformação, que apesar de apresentar um comportamento de queda, ainda vigora como uma atividade com alto número de empregados.

**TABELA III – Proporção de trabalhadores por setores - São José do Rio Preto  
2010**

<b>Setores</b>	<b>Valores</b>
Agropecuário	1,53%
Comércio	18,74%
Construção	6,45%
Extrativa Mineral	0,06%
Serviços	46,85%
Industria de Transformação	12,86%

Fonte: Dados IPEADATA. Elaboração Própria

Pela Tabela III comprovamos o protagonismo do setor de serviços nos empregos da região, que ultrapassou a significância das atividades produtoras de bens de consumo não duráveis das décadas anteriores. O segundo lugar fica com as atividades comerciais, seguidas pela indústria de transformação. A atividade extrativa mineral, apesar de apresentar um crescimento relativamente alto nos anos subsequentes tem seu valor absoluto bastante baixo, o que a deixa pouco expressiva no que tange à participação do todo. O crescimento do PIB per capita parece não ter se afetado por conta dessa mudança, como vemos no Gráfico I.

**GRÁFICO I - PIB Per capita São José do Rio Preto (R\$ 1000,00)**

Fonte: IBGE cidades

Vemos que a dinâmica do crescimento do PIB per capita não foi constrangida pela mudança das variações das ocupações dos setores. De fato, apresenta-se sempre ascendente, ainda que no período de 2013 a 2015, o crescimento se apresente menos acentuado, quase estagnado durante o ano de 2014, mas mesmo assim ainda crescendo. A recuperação em 2015 retoma um ritmo de crescimento próximo ao do pré-2013.

### **A área de influência**

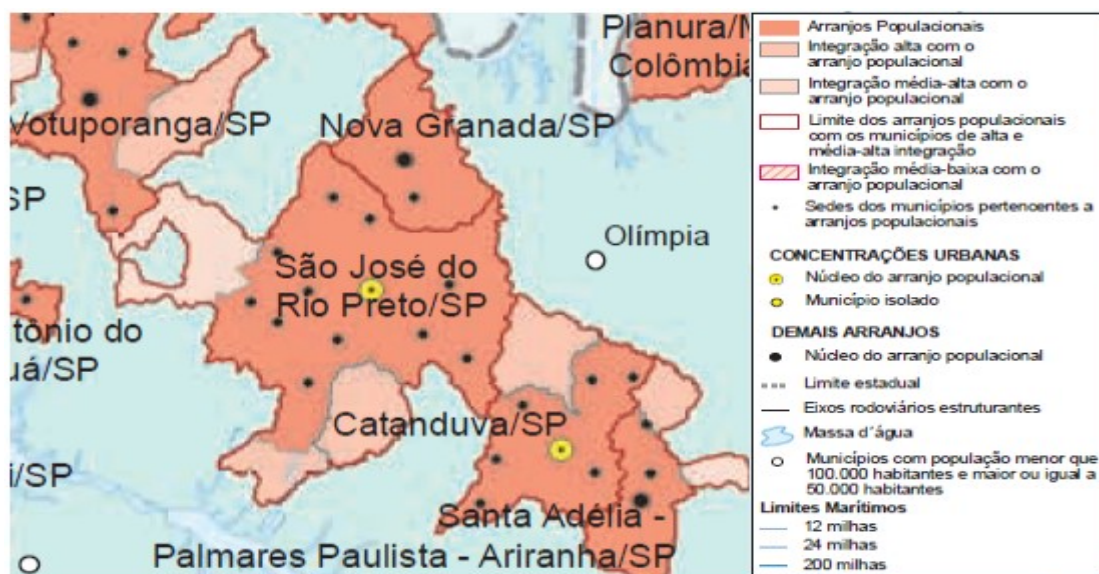
Num contexto mais estrito e direto, o estudo da influência da cidade de São José do Rio Preto passa primeiramente por delimitar o arranjo populacional em que ela se faz inserida, como núcleo central. Essa categoria, de arranjo populacional, se define por um agrupamento de dois ou mais municípios onde se visualiza uma interação populacional no que diz respeito a movimentos pendulares de trabalho ou estudo (IBGE, 2016). O relacionamento cotidiano existente entre grande parte da população entre as cidades é a base para se caracterizar um arranjo populacional.

O relacionamento entre os municípios pode apresentar variadas razões. Dentre eles, o crescimento de uma cidade; emancipação de municípios; processo histórico de formação; localização de indústrias; e etc. Para se caracterizar um arranjo populacional

são utilizados basicamente três critérios. O primeiro diz respeito à forte intensidade relativa dos movimentos pendulares com a finalidade de trabalho e estudo, que deve ser igual ou superior a 0,117 do índice de integração<sup>1</sup>. O segundo critério é a força de intensidade absoluta dos movimentos pendulares com a finalidade e estudo, onde determina que o volume absoluto de deslocamento para essas finalidades deve ser igual ou superior a 10.000 pessoas. O terceiro, e último critério, diz respeito as bordas das manchas urbanizadas<sup>2</sup> principais de dois municípios, que devem ter uma distância de até 3 km (IBGE, 2016).

O Mapa I nos mostra como se delimita o arranjo populacional tendo São José do Rio Preto como núcleo. Por sua vez o Quadro I nos apresenta os Municípios que integram o arranjo populacional, assim como os que também demonstram certos níveis de integração.

### MAPA I – Arranjo Populacional de São José do Rio Preto



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

<sup>1</sup> O Índice de Interação é formulado a partir da seguinte fórmula:  $Iia = \frac{Xab+Xba}{Xa}$  e  $Iib = \frac{Xab+Xba}{Xb}$

Onde  $Iia$  é o índice de integração do Município A;  $Iib$  é o índice de integração do Município B;  $Xab$  é o total de pessoas que moram no Município A e trabalham e estudam no Município B;  $Xba$  é o total de pessoas que moram no Município B e trabalham e estudam no Município A;  $Xa$  é o total de pessoas que moram no Município A e trabalham e/ou estudam; e  $Xb$  é o total de pessoas que moram no Município B e trabalham e/ou estudam (IBGE, 2016).

<sup>2</sup> O conceito de mancha urbanizada é o de uma área construída com edificações comuns a áreas urbanas e com padrão de arruamento interno que propicia relações diárias de vizinhança (IBGE, 2016)



**QUADRO I - Cidades do Arranjo populacional de São José do Rio Preto**

<b>Arranjo populacional SJRP</b>	<b>Alta Integração</b>	<b>Média -Alta integração</b>
Bady Bassitt	Mendonça	Monte Aprasível
Bálsamo		
Cedral		
Guapiaçu		
Ipiguá	Tabapuã	
Jaci		
Mirassol		
Mirassolândia		
Neves Paulista	Potirendaba	
Nova Aliança		
Nova Granada		
Onda Verde		
Uchoa		

Fonte: Elaboração própria.

Sobre os Municípios apresentados no Quadro I é preciso mencionar que as cidades de Nova Granada e Onda Verde também formalizam entre elas um arranjo populacional, em menor escala, com o núcleo central na cidade de Nova Granada, como demonstrado no Mapa I. Outra questão importante é que a cidade de Tabapuã é tida como um Município de alta integração, tanto em relação com a cidade de São José do Rio Preto, quanto para a cidade de Catanduva. A Tabela IV nos apresenta o PIB e a população das cidades do arranjo populacional.

**TABELA IV – PIB e população – Municípios arranjo populacional de SJRP**

<b>Cidade</b>	<b>População</b>	<b>PIB 2016 (R\$ 1000,00)</b>
Bady Bassitt (SP)	16.604	320.651
Bálsamo (SP)	8.841	177.045
Cedral (SP)	8.870	272.897
Guapiaçu (SP)	20.340	508.226
Ipiguá (SP)	5.101	85.630
Jaci (SP)	6.609	387.970
Mirassol (SP)	58.314	1.751.644
Mirassolândia (SP)	4.714	85.846
Neves Paulista	8.772	188.281
Nova Aliança (SP)	6.645	117.985
Nova Granada (SP)	20.896	418.622
Onda Verde (SP)	4.248	202.840
São José do Rio preto	446.649	15.735.652
Uchoa (SP)	10.008	311.435

Fonte: Dados IBGE CIDADES – Elaboração Própria

Pela Tabela VI vemos a magnitude da diferença entre a população da cidade de São José do Rio Preto e das demais que fazem parte do arranjo populacional. A disparidade entre o PIB também fica evidente, reforçando a posição da cidade como núcleo central do arranjo populacional. De longe ela é seguida pelo Município de Mirassol, com uma população hierarquicamente menor, e um PIB quase quinze vezes menor. A Tabela V nos apresenta as porcentagens de pessoal ocupado em cada setor nas distintas cidades.

**TABELA V - Porcentagem de Pessoal Ocupado Por setor no arranjo populacional de São José do Rio Preto**

Município	Agropecuária	Comércio	Construção	Extrativo	Serviços	Indústria de transformação
Bady Bassitt	5,75	19,75	8,19	0,06	40,71	17,44
Bálsamo	12,99	13,45	7,22	0	40,28	22
Cedral	9,98	13,2	8,08	0,18	44,04	19
Guapiaçu	12,89	11,87	9,23	0,14	37,27	16,8
Ipiguá	14,95	16,98	10,73	0	37,58	16,32
Jaci	10,4	8,98	4,67	0	35,35	38,19
Mirassol	2,96	14,85	5,78	0,03	40,66	23,88
Mirassolândia	19,77	12,32	7,48	0	36,37	20,35
Neves Paulista	11,1	10,59	9,77	0,33	37,73	20,9
Nova Aliança	19,29	11,38	8,69	0	38,97	18,27
Nova Granada	24,72	11,24	4,83	0,24	31,73	19,49
Onda Verde	17,08	12,36	5,21	0	31,71	25,06
São José Do Rio Preto	1,53	18,74	6,45	0,06	46,85	12,86
Uchoa	20,77	11,89	7,54	0	38,37	12,34

Fonte: IBGE CIDADES, RAIS; elaboração própria.

Pelas informações da Tabela V, vemos que o núcleo do arranjo populacional se destaca pela área de serviços, com uma participação de 46,85% da ocupação de seus trabalhadores. Aparentemente, o setor de serviços é o que se destaca na maioria das cidades, com exceção de Jaci, que apresenta uma ocupação maior de sua população no setor da indústria de transformação, com uma participação de 38,19% da ocupação de sua população. Jaci também se destaca das demais por apresentar a maior porcentagem na indústria de transformação, seguida por Onda Verde, com 25,06%. Sobre esse setor em específico, a participação dos ocupados nas cidades do arranjo populacional varia consideravelmente, com a cidade de Uchoa apresentando a menor porcentagem. Isso pode representar uma movimentação pendular, no sentido de trabalhadores do setor da indústria de transformação, para cidades onde existam indústrias que ofereçam essa ocupação.

No setor de comércio, a ocupação das cidades parece variar menos, tendo como protagonista a própria cidade de São José do Rio Preto, com 18,74% de sua população ocupada nesse setor. O setor de construção apresenta uma variação significativa, com Ipiguá, com 10,73% de ocupação nesse setor, tendo mais que o dobro da participação de Jaci, com 4,67%. Na agropecuária a variação é ainda mais acentuada, com Nova Granada

de destacando das demais, com uma participação de 24,72% dos ocupados, enquanto que a própria São José do Rio Preto apresenta a participação mais minguada, de 1,53%; o que reflete uma dependência da interação com outras cidades para suprir a demanda pela produção desse setor. Por fim, o setor extrativo é o que se apresenta como o menos significativo a ocupação da população de todas as cidades do arranjo populacional, com destaque apenas para algumas poucas, como Neves Paulista, que lidera a porcentagem de ocupação de sua força de trabalho, com 0,33%. Analisando a Tabela IV e V conjuntamente, vemos que as cidades com o maior PIB apresentam uma maior participação nos setores de serviços, e comércio. Sobre o rendimento do trabalho no arranjo populacional, nós temos a Tabela VI.

**TABELA VI - Rendimentos do trabalho no arranjo populacional de São José do Rio Preto**

Município	% dos ocupados com rendimento de até 1 S.M.	% dos ocupados com rendimento de até 5 S.M.	Rendimento médio dos ocupados (R\$)
Bady Bassitt	8,94	93,14	1207,98
Bálsamo	12,97	94,5	1264,37
Cedral	10,3	91,46	1262,34
Guapiaçu	11,83	94,04	1152,93
Ipiguá	12,43	96,84	1016,73
Jaci	10,83	96,57	985,43
Mirassol	10,14	92,75	1245,43
Mirassolândia	17,96	96,21	1001,69
Neves Paulista	12,59	94,11	1143,96
Nova Aliança	14,88	95,76	995,64
Nova Granada	16,88	94,97	1142,41
Onda Verde	11,69	96,05	1021,49
São José Do Rio Preto	8,36	86,8	1683,97
Uchoa	14,71	95,98	967,86

Fonte: IBGE CIDADES, RAIS – Elaboração própria.

A Tabela VI nos revela a diferenciação entre os salários nas cidades integrantes do arranjo populacional. Nesse contexto, vemos que Nova Granada, que se destacava por ter a maior proporção de participação de seus ocupados no setor agrícola, é o Município com a maior porcentagem de empregados que recebem menos de um salário mínimo. A cidade que apresenta a menor porcentagem nesse quesito é o próprio núcleo do arranjo populacional, São José do Rio Preto; que também apresenta a menor porcentagem de trabalhadores com até cinco salários mínimos, e a maior média salarial dos ocupados. Os

piores resultados são visualizados na cidade de Uchoa, com alta participação dos ocupados recebendo até um salário mínimo, e ainda apresentando o pior rendimento médio dentre as cidades, com R\$ 967,86. Nessa seara, a Tabela VII nos ajuda a compreender melhor a situação qualitativa das cidades com alguns indicadores sociais.

**TABELA VII - Indicadores Sociais – Arranjo Populacional de São José do Rio Preto**

<b>Município</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>	<b>Índice de Gini</b>	<b>Renda per capita</b>	<b>IDH M</b>
Bady Bassitt	3,9	0,36	783,57	0,746
Bálsamo	7,59	0,44	832,51	0,756
Cedral	6,31	0,42	852,25	0,766
Guapiaçu	7,02	0,41	742,05	0,725
Ipiguá	6,93	0,36	609,23	0,73
Jaci	9,1	0,35	624,57	0,723
Mirassol	4,53	0,43	841,27	0,762
Mirassolândia	8,95	0,39	639,58	0,738
Neves Paulista	18,6	0,4056	784,55	0,754
Nova Aliança	5,73	0,38	663,36	0,738
Nova Granada	6,9	0,44	737,41	0,739
Onda Verde	8,31	0,34	597,67	0,738
São José Do Rio Preto	3,19	0,5	1169,4	0,797
Uchoa	7,1	0,4	655,13	0,721

Fonte: IBGE CIDADES – Elaboração própria.

No tocante aos indicadores sociais, vemos que a cidade de Neves Paulista, segundo menor PIB das cidades, lidera a taxa de analfabetismo, com 18,6%. Os melhores resultados são apresentados pela cidade de São José do Rio Preto, com exceção do Índice de Gini, que demonstra que a cidade apresenta o maior nível de desigualdade de renda dentre as demais. No tocante à renda per capita, a cidade de Onda Verde se destaca com o menor resultado, mesmo apresentando a menor população entre as cidades do arranjo populacional. O IDH das cidades se revela num padrão considerado alto, e varia pouco entre elas, com destaque, mais uma vez, para o núcleo, São José do Rio Preto.

Num contexto mais amplo, área de influência regional da cidade de São José do Rio Preto se constitui como uma das quinze Mesorregiões encontradas no estado de São Paulo. Como Mesorregião, São José do Rio Preto congrega diversos municípios de uma área geográfica que apresentam similaridades econômicas e sociais. Dentro dessa

Mesorregião existe uma subdivisão em Microrregiões, que, de acordo com a denominação dada pela Constituição Brasileira de 1988, se caracterizam por agrupamentos de municípios limítrofes, onde a finalidade passa a ser integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988).

A Mesorregião de São José do Rio Preto fica localizada no norte do estado de São Paulo, e possui uma área de 29.394,7 km<sup>2</sup>, com 1.569.220 habitantes e 109 municípios (IBGE, 2010). Essa Mesorregião se divide em oito Microrregiões: Jales; Fernandópolis; Votuporanga; São José do Rio Preto; Catanduva; Auriflama; Nhandeara; e Novo Horizonte.

A Microrregião de São José do Rio Preto se apresenta com a maior extensão territorial e com o maior número de municípios dentre as oito Microrregiões da Mesorregião. Ela agrupa um total de 29 municípios, correspondendo a uma área de 10.397,8 km<sup>2</sup>, com um total de 763.534 habitantes (IBGE, 2010).

Analisando a Tabela IV podemos traçar comparações entre a ocupação de trabalhadores na cidade de São José do Rio Preto, e a Microrregião.

**TABELA VIII – Proporção de trabalhadores por setores da microrregião de São José do Rio Preto – 2010**

<b>Setores</b>	<b>Média</b>	<b>Max</b>	<b>Min</b>
Agropecuário	19,11%	55,36%	1,53%
Comércio	11,79%	19,75%	5,75%
Construção	6,23%	10,73%	1,60%
Extrativa Mineral	0,41%	4,90%	0,00%
Serviços	35,44%	46,85%	25,31%
Industria de Transformação	20,84%	38,19%	6,35%

Fonte: Dados IPEADATA. Elaboração Própria

Na Tabela VIII temos os trabalhadores dos setores da Microrregião em relação aos trabalhadores totais da Microrregião, representados pelos valores da média. Os dados desagregados nos permitem comparar as maiores participações com as menores, dentre as cidades de acordo com cada setor.

No tocante ao setor agropecuário a menor participação é encontrada na própria cidade de São José do Rio Preto, como podemos comparar com a Tabela III, apresentada na sessão anterior. O que nos revela uma participação muito mais acentuada da atividade

agrícola nas menores cidades, sendo a maior no município de Altair. O setor de comércio apresenta um máximo próximo ao apresentado pela participação do setor na cidade central, que era de 18,74%; o que sinaliza o centro como uma dinâmica de comércio muito acima da média das outras cidades da Microrregião, ficando atrás apenas do município de Bady Bassitt. No setor de construção a cidade polo se apresenta bem próxima da média da Microrregião, com 6,45%; o protagonismo nesse setor fica com a cidade de Ipiguá. No setor extrativo mineral, devido presença de recursos naturais, a cidade de Adolfo se apresenta como mais significativa nessa atividade, com indústrias de extração de minérios e pedras na cidade. No setor de serviços, como era de se imaginar, a própria cidade de São José do Rio Preto aparece com uma maior proporção, de exatamente 46,84%, como visto na Tabela III da sessão anterior; mas é interessante notar que esse setor é o que apresenta a maior média na Microrregião, e, mesmo a cidade de Mendonça, que apresenta a menor proporção, ainda atinge um número expressivo da participação do setor em suas atividades econômicas. Já no setor da indústria de transformação vemos uma proporção na cidade de São José do Rio Preto bem abaixo da média da Microrregião, com 12,86%, enquanto que a proporção mais expressiva se encontra na cidade de Jaci, com uma grande quantidade de indústrias de móveis, além de metalurgia e ferramentas.

A despeito de como se apresentam a distribuição dos setores dentro da Meso e Microrregião, a participação do PIB da cidade central de São José do Rio Preto em seus respectivos PIB gerais se faz também necessária para entender a relação do polo da cidade da região com sua área de influência. Para tanto, temos as Tabelas IX e X.

**TABELA IX - PIB da cidade de São José do Rio preto, Microrregião e Mesorregião entre 2002 a 2016 (R\$ 1000,00)**

<b>Ano</b>	<b>PIB Mesorregião</b>	<b>PIB SJRP</b>	<b>PIB Microrregião</b>
2002	13.230.529	2.628.612	6.728.257
2003	14.819.190	4.077.367	7.359.968
2004	15.143.469	4.482.515	8.045.312
2005	17.277.621	5.245.321	9.293.842
2006	19.566.650	5.740.415	10.487.279
2007	21.581.247	6.392.527	11.635.142
2008	23.822.203	7 034 889	12.970.581
2009	26.949.991	7.878.750	14.646.554
2010	30.532.917	8.981.444	16.711.377
2011	34.175.129	9.731.331	18.845.373
2012	37.999.612	10.738.220	20.939.782
2013	42.751.954	13.259.377	23.783.847
2014	45.170.245	15.802.010	25.007.735
2015	49.487.528	14.951.112	26.689.393
2016	53.837.391	15.735.652	28.699.691

Fonte: IBGE cidades

**TABELA X - Proporção do PIB de SJRP em relação a Microrregião e Mesorregião**

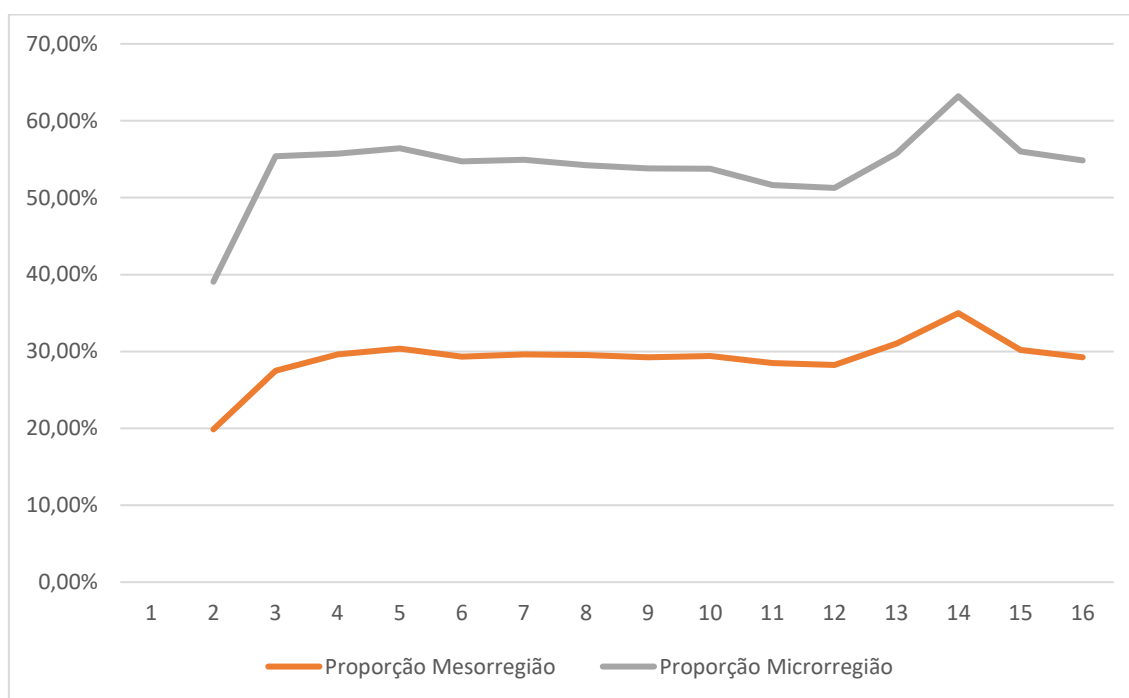
<b>Ano</b>	<b>Proporção Mesorregião</b>	<b>Proporção Microrregião</b>
2002	19,87%	39,07%
2003	27,51%	55,40%
2004	29,60%	55,72%
2005	30,36%	56,44%
2006	29,34%	54,74%
2007	29,62%	54,94%
2008	29,53%	54,24%
2009	29,23%	53,79%
2010	29,42%	53,74%
2011	28,47%	51,64%
2012	28,26%	51,28%
2013	31,01%	55,75%
2014	34,98%	63,19%
2015	30,21%	56,02%
2016	29,23%	54,83%

Fonte: IBGE cidades



Como pode-se observar, o PIB da cidade de São José do Rio Preto apresenta a mesma tendência de crescimento da Meso e Microrregião. No município, o PIB teve um crescimento de aproximadamente 500% entre 2002 e 2016, na Mesorregião o crescimento foi de 306%, enquanto que na Microrregião o crescimento foi de 326%. Nesse contexto, podemos ver que a cidade, enquanto polo de uma área de influência, cresce a um patamar muito superior do que vemos nos resultados da Meso e Microrregião. Fato esse que de certa forma explica a tendência mostrada na Tabela VI, onde o PIB da cidade de São José do Rio Preto se mostra muito participativo no PIB geral da Meso e Microrregião. Nos dois cenários a evolução é visível, no entanto, ela é mais notada no tocante à Mesorregião. A dinâmica dessa participação é melhor averiguada no Gráfico II.

**GRÁFICO II - Proporção do PIB de SJRP em relação a Mesorregião e Microrregião**



Fonte: IBGE cidades

De fato, a participação do PIB da cidade de São José do Rio Preto na Mesorregião se apresenta de forma mais perene durante os anos de 2004 e 2010, com uma leve queda em 2011, seguido de um aumento da participação nos anos de 2013 e 2014, voltando a cair ao patamar anterior no ano de 2016. Basicamente o mesmo comportamento é apresentado pela proporção do PIB com a Microrregião, porém, os valores, além de obviamente serem maiores, apresentam variações mais abruptas e

acentuadas nos mesmos períodos. O aumento da participação do PIB da cidade na Meso e Microrregião nos anos de 2013 e 2014, corresponde com o período de instabilidade econômica que o país passava nesse período, o que explica a dificuldade no crescimento nos PIBs das menores cidades, fazendo-se assim mais relevante o PIB da cidade de São José do Rio Preto.

Afim de analisarmos mais profundamente o nível de desigualdade entre as cidades da Microrregião, calculamos o Índice de Theil, que é obtido com os dados de renda e população da região, assumindo valor que vão de 1 a 0, onde, quanto mais próximo de 1 pior a distribuição de renda. Segundo Cavalcante (2003), o Índice de Theil é o indicador de desigualdades regionais mais empregado, tanto em trabalhos nacionais quanto em internacionais, sendo aplicado em diversos tipos de desigualdades, mas, em especial, em desigualdades regionais. Os resultados para os anos de 2010 e 2016 estão na Tabela XI.

**TABELA XI - Índice de Theil**

<b>Índice de Theil</b>	
2010	0,146970455
2016	0,41791521

Fonte: Dados IBGE. Elaboração Própria

O que podemos aferir pela aplicação do índice é que a distribuição de renda entre os municípios da Microrregião piorou consideravelmente entre 2010 e 2016. Esse fator pode ser relevante para explicar o aumento da participação do PIB da cidade na Microrregião, e também o impacto sofrido pelas menores cidades com o período de recessão pós 2014.

No que tange aos indicadores sociais, temos as Tabelas XII e XIII, para comparar os valores da cidade com os da Microrregião.

**TABELA XII – Indicadores sociais para Microrregião de São José do Rio Preto - 2010**

Indicador	Média	Max	Min
IDH	0,740	0,797	0,687
Gini	0,408	0,510	0,340
% Extremamente Pobre	0,76%	1,92%	0,01%
% Pobres	3,41%	5,31%	0,95%

Fonte: Dados IPEADATA. Elaboração Própria

**TABELA XIII – Indicadores sociais para São José do Rio Preto - 2010**

Indicadores	Valores
IDH	0,797
Gini	0,5
% Extremamente Pobre	0,46
% Pobres	1,73

Fonte: Dados IPEADATA. Elaboração Própria

Comparamos as Tabelas, vemos que a cidade de São José do Rio Preto apresenta o maior IDH dentro da Microrregião, bem acima da média, com 0,797, enquanto que o menor é apresentado pela cidade de Atair. O índice de Gini, que averigua o nível de desigualdade, aponta uma média para a Microrregião de 0,408, a cidade de São José do Rio Preto apresenta um índice pior que a média, com o valor de 0,5 (quanto mais próximo de zero maior o nível de igualdade), a cidade menos desigual da Microrregião é o município de Onda Verde. A porcentagem de extremamente pobres apresenta uma média de 0,76%, com a máxima encontrada na cidade de Paulo de Faria; a cidade de São José do Rio Preto apresenta uma porcentagem significativamente abaixo da média. No tocante ao percentual de pobres, a cidade principal da Microrregião também apresenta um valor consideravelmente abaixo da média de 3,14%, mas ainda é distante da cidade com o melhor valor apresentado, Bady Bassitt.

O relacionamento da cidade central de São José do Rio Preto com sua área de influência se mostra bastante diversificado, no que tange à distribuição dos setores econômicos geradores de riqueza. Não sendo verificada então uma concentração dessas atividades na cidade principal, a não ser por uma relativa maior predominância do setor de serviços na região. Outras cidades se ocupam, com maior relevância, nas atividades de indústria de transformação e extração mineral. No entanto, essa distribuição das atividades não reflete numa diminuição da participação do PIB da cidade principal no produto total da Meso e Microrregião. Tampouco apresenta uma melhoria na desigualdade de renda entre as cidades. No entanto, os indicadores sociais se apresentam de forma mais nivelada e aceitável.

### Capítulo III – Considerações finais e perspectivas para a região de São José do Rio Preto

Nesse capítulo são apresentaremos algumas das perspectivas para o futuro desenvolvimento de São José do Rio Preto, se respaldando em planejamentos e declarações de projetos e infraestrutura previstos pelos governos que cuidam da administração da região. Tendo sido feito o estudo da região, e apresentados alguns empreendimentos futuros, será feita uma síntese sobre o trabalho, com o objetivo de apresentar algumas perspectivas para o desenvolvimento regional.

Como síntese do trabalho, podemos ver a evolução de uma região que tem sua gênese como um mero entreposto comercial entre Ribeirão Preto e Araraquara. Logo chama a atenção de produtores cafeeiros e começa a fazer crescer sua população. A agricultura trouxe para São José do Rio Preto a primeira atividade que viria a lhe trazer a categoria de cidade. As atividades migratórias contribuem para seu crescimento, sendo determinantes para o início da pecuária na região. Galgando cada vez mais posições de destaque no oeste paulista, a região recebeu em 1912 a Estrada de Ferro Araraquara, o que proporcionou uma divisão inter-regional do trabalho entre as cidades que acompanhavam a ferrovia.

Com o crescimento populacional, expande-se a gama de atividades produtivas na região, proporcionadas pelos lucros cafeeiros. Isso faz com que na década de 30 a região já comece a flertar com a atividade industrial. O impacto da crise traz à tona um novo protagonista, o algodão; que sustentou a queda no preço do café, permitindo as primeiras instalações industriais na região. O oeste paulista passa a ter importância na produção de culturas exportáveis, e simultaneamente a isso, alcança o posto de principal produtora agrícola do estado. Em meados do século XX o café vai perdendo o protagonismo e a pecuária começa a apresentar um maior dinamismo. O setor industrial, apesar de sempre se mostrar mais relevante nos setores de têxtil, e de alimentos, consegue evoluir significativamente na participação de indústrias de bens de capital e de consumo duráveis. Nos anos 2000, a indústria de transformação já apresenta uma queda no dinamismo oriunda da falta de investimentos e iniciativas ligadas ao setor. Nos anos a seguir, o setor de serviços começa a ter uma relevância absoluta na economia da região, sem, no entanto, que a dinâmica de crescimento do PIB sofresse alterações consideráveis, por essa modificação de protagonismo dos setores.

Ao longo dos anos, a região de São José do Rio Preto tem se mostrado uma seara propícia para investimentos e empreendimentos, não só do setor público, mas também de agentes privados. Segundo Paulo Sader, presidente da Acirp (Associação Comercial e Industrial de Rio Preto), em cinco anos, o preço do metro quadrado da região norte de Rio Preto, cresceu três vezes, segundo indicadores. Segundo o presidente da Acirp, investir na região é ganhar 18% enquanto o resto está estagnado. Além disso, a cidade de São José do Rio Preto foi apontada como a décima primeira melhor cidade do Brasil para se investir.

A diversificação da economia é um atrativo a mais. O movimento é propício para o comércio, atraindo a construção, tanto de grandes centros comerciais, como também de pequenas lojas de varejo. Um dos exemplos é o grupo francês Tereos, que recentemente comunicou planos de investimentos de 776 milhões de reais no Brasil nos próximos anos. Em outro caso podemos citar o grupo Verdi, fundado na cidade em 1949, que nos últimos anos começou a expandir para o Centro-Oeste, incentivado pelo fácil acesso rodoviário permitido pela região de São José do Rio Preto. Esses fatores favorecem a economia e aquecem o mercado, com a criação de novos empregos. Em um ano, a região norte de São José do Rio Preto cresceu 18% (EXAME, 2019).

Além dos investimentos privados, a prefeitura da cidade também prevê a oferta de quarenta serviços de todas as secretarias municipais, com a expectativa de que os atendimentos tenham início até o final do ano de 2019. Para a região, outros investimentos públicos também estão sendo feitos. Em especial, o anel viário que interligará três avenidas importantes: A Mirassolândia, a Domingos Falavina e a Ernani Pires Domingues. O que facilitará a dinâmica das interações entre as cidades da região.

Outro investimento relevante parte de um planejamento da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que irá promover um investimento de 1,5 milhão em um polo metalúrgico, segundo o governo de São Paulo (ESTADÃO, 2019). O seguinte polo engloba as regiões de Campinas, Ribeirão Preto, região metropolitana de São Paulo, São Carlos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba. Para o presidente da CSN, Benjamim Steinbrunch, em declaração dada ao Estadão, a integração dos polos setoriais é essencial para perpetuar a indústria; segundo ele, os polos apresentam convergência, tanto para os grandes clientes quanto para aqueles que fazem parte da cadeia, nesse sentido, quanto maior a proximidade, melhor.

No tocante ao estudo sobre a área de influência de São José do Rio Preto, constatamos que semelhantes conclusões podem ser tiradas do estudo da área de influência enquanto arranjo populacional e enquanto micro e mesorregião. No primeiro caso, as atividades agropecuárias e de extração são ocupadas por outras cidades que não apresentam relevância significativa na pauta produtiva da cidade núcleo de São José do Rio Preto. Ou seja, essas atividades estão mais relacionadas a outras cidades que exercem esse tipo de função com maior exclusividade, abastecendo a região e deixando outras competências a cargo da cidade núcleo. Isso coincide com o que foi averiguado quanto ao estudo da micro e mesorregião. Outras coisas que se mantêm similar são a predominância do setor de serviços na cidade núcleo, e o protagonismo industrial dado a outra cidade. Um ponto também em comum são os dados sociais, que apontam certa similaridade. Por outro lado, o estudo da microrregião acusa no tempo uma piora na distribuição de renda entre os municípios, explicando um aumento da participação da cidade núcleo no PIB da microrregião.

Como síntese, vemos que a região de São José do Rio Preto já se destacava em uma posição de extrema relevância no oeste paulista desde o século XIX. A importância no estado, e em seu relacionamento com outras regiões, foi crescente e evidente ao longo dos anos. A forma como foram se construindo as relações entre os municípios, e suas distintas atividades, revelou uma tendência para o desenvolvimento da região ao longo dos anos. O polo se concentrando no setor de serviços, e as atividades agropecuárias, agrícolas e extrativas, se concentrando em outros municípios. As vantagens geográficas e organizacionais da região refletem as auspiciosas perspectivas no tocante a investimento para a região nos próximos anos. É preciso, no entanto, se atentar para o fato de que o crescimento também parece estar andando de mãos dadas com um aumento da distribuição de renda entre os municípios. Nesse sentido é importante que se pensem medidas, e que sejam feitos esforços, no sentido de mitigar esse padrão à medida que ele se apresente como empecilho para a dinâmica de desenvolvimento da região.

## REFERENCIAS

CANO, WILSON. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação Seade, 3v. (1988).

CARVALHO, J. G. **Integração e dinâmica regional: o desenvolvimento recente da região administrativa de São José do Rio Preto (1980-2000)**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2004.

ESCÓSSIA, Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <http://www.carloescossia.com/2009/09/o-que-e-crescimento-e-desenvolvimento.html>. Acesso em: 1 de setembro de 2018.

ESTADÃO. **CSN fará investimento de R\$ 1,5 bilhão em Polo Metal-Metalúrgico, diz governo de SP**. 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,csn-fara-investimento-de-r-1-5-bilhao-em-polo-metal-metalurgico-diz-governo-de-sp,70002859063>

EXAME. **As 100 melhores cidades do Brasil para investir em negócios**. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/nao-da-para-se-acomodar/>

GUIMARÃES, E. N. **Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional**. IPEA, 2011.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOOVER, E. M., FISCHER. **Universities – National Bureau Committee for Economic Research. Problems in the study of economic growth**. New York, National Bureau of Economic Research, 1949, cap V

HOOVER, E. M. **Location theory and the shoe and leather industries**. Cambridge, Harvard University Press, 1937.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2016.

ISARD, Walter. **Current development in regional analyses**. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 69: 81-91, set. 1952

LIMA, Ana Carolina da Cruz. **Teoria do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2018.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo: Zahar, 1972.

NORTH, Douglass C. **Location theory and regional economic growth**. The Journal of Political Economy, The University of Chicago press, vol. 63, nº 3, jun. 1955. (p. 243-258)

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Disponível em: [http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v5\\_n2/uma\\_discussão\\_sobre.pdf](http://www.fae.edu/publicações/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussão_sobre.pdf). Acesso em: 28 de agosto de 2018.

PERROUX, François. A economia do século XX. Lisboa: Herder, 1966.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>.

SEPLAN (1978). **Plano regional de São José do Rio Preto**. Secretaria Estadual de Planejamento, São Paulo, SP.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. Editora Atlas. Ed. 1, 2009.